

# Superior Tribunal de Justiça

## CARTA ROGATÓRIA Nº 14.591 - UY (2019/0147604-6)

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**JUSROGANTE** : JUIZADO DE PAZ DEPARTAMENTAL DE BELLA UNION  
**INTERES.** : RUBAN DE ARAUJO FELIX  
**A.CENTRAL** : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

### DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça da República Oriental do Uruguai solicita que se proceda à intimação do interessado para estabelecer domicílio em processo aduaneiro (fls. 6-9).

O interessado foi devidamente intimado e indicou advogado, conforme certidão de fl. 60.

O Ministério Público Federal opinou pela devolução dos autos à origem, ante a consumação do objeto da comissão (fl. 66).

É o relatório. Decido.

O objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o 216-P do RISTJ, **concedo o exequatur**.

Diante do êxito na intimação do interessado (fls. 60), **considero consumado o objeto da comissão**, sendo desnecessária a remessa dos autos à Justiça Federal.

Assim, **determino a devolução dos autos à Justiça rogante** (art. 216-X do RISTJ) **após o trânsito em julgado**, por intermédio da autoridade central competente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

**MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**

Presidente